

LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO COMENTADA

DECRETO-LEI Nº 4.657. DE 4 DE SETEMBRO DE 1942.
COM A ALTERAÇÃO DADA PELA
LEI Nº 12.376. DE 30 DE DEZEMBRO DE 2010

FÁBIO ALEXANDRE COELHO

Especialista, Mestre e Doutor em Direito
Procurador do Estado (SP)
Professor nos cursos de graduação e pós-graduação
do Centro Universitário de Bauru (ITE)

**LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS
DO DIREITO BRASILEIRO
COMENTADA**

Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942,
com a alteração dada pela Lei nº 12.376, de 30 de dezembro de 2010

FÁBIO ALEXANDRE COELHO

1ª Edição 2015

© desta edição: *Edipro Edições Profissionais Ltda.* – CNPJ nº 47.640.982/0001-40

Todos os direitos reservados. Nenhuma parte deste livro poderá ser reproduzida ou transmitida de qualquer forma ou por quaisquer meios, eletrônicos ou mecânicos, incluindo fotocópia, gravação ou qualquer sistema de armazenamento e recuperação de informações, sem permissão por escrito do Editor.

Editores: Jair Lot Vieira e Máira Lot Vieira Micales

Coordenação editorial: Fernanda Godoy Tarcinalli

Editoração: Alexandre Rudyard Benevides

Revisão: Georgia Franco

Arte: Karine Moreto Massoca

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Coelho, Fábio Alexandre

Lei de introdução às normas do direito brasileiro: comentada: Decreto-Lei nº 4.657, de 4 de setembro de 1942, com a alteração dada pela Lei nº 12.376, de 30 de dezembro de 2010 / Fábio Alexandre Coelho. – São Paulo: EDIPRO, 2015.

ISBN 978-85-7283-942-6

1. Direito – Normas – Leis e legislação – Brasil I. Título

15-05872

CDU-340 (094) (81)

Índice para catálogo sistemático:

1. Normas do Direito Brasileiro : Leis : 340 (094) (81)



edipro

edições profissionais ltda.

São Paulo: Fone (11) 3107-4788 – Fax (11) 3107-0061

Bauru: Fone (14) 3234-4121 – Fax (14) 3234-4122

www.edipro.com.br

SUMÁRIO

1. ESTRUTURA DA LEI DE INTRODUÇÃO ÀS NORMAS DO DIREITO BRASILEIRO	11
1.1. Identificação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	11
1.2. Estrutura da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	12
1.3. Razão da utilização da denominação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	14
1.4. Surgimento da denominação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	15
1.5. Aplicação da Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro em relação às leis estaduais, distritais e municipais	17
2. APLICAÇÃO DA LEI NO TEMPO E NO ESPAÇO	19
2.1. A vigência da lei de acordo com a Lei Complementar nº 95/ 1998	20
2.2. Contagem da <i>vacatio legis</i>	22
2.3. Aplicação da lei no espaço	24
2.4. A importância do conhecimento da lei pelos seus destinatários ...	27
2.5. <i>Vacatio legis</i> e eficácia da lei	28
2.6. A <i>vacatio legis</i> prevista na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e os decretos e regulamentos	29
2.7. Leis interpretativas e vetadas	31
2.8. Correção do erro material na publicação de uma lei	35
2.9. Republicação de partes independentes de uma lei	37
2.10. Diferentes momentos em que a lei entra em vigor	38
2.11. Modificação formal ou substancial da lei	41
2.12. Procedimento para a modificação da lei	43

3. REVOGAÇÃO DA LEI	45
3.1. Leis temporárias ou permanentes	46
3.2. Definição e fundamento para a revogação	49
3.3. Alcance e forma de revogação da lei	49
3.4. Uma lei somente se revoga por outra lei	50
3.5. Revogação das disposições contrárias à lei	51
3.6. Revogação de uma lei antes de entrar em vigor	52
3.7. Meio para a revogação da lei	53
3.8. Medida provisória, lei delegada, normas gerais e leis inconstitucionais	54
3.9. Tratados e revogação da lei	55
3.10. Requisitos para que a lei posterior revogue a anterior	56
3.11. Outras questões acerca do alcance da revogação	57
3.12. Revogação implícita, expressa e uso de um modelo híbrido ...	58
3.13. Planos normativos atingidos pela revogação	58
3.14. Momento em que a norma posterior revoga a anterior	59
3.15. Revogação autônoma e heterônoma	59
3.16. Antinomias e critérios para a sua solução	59
3.17. Metacritérios para a solução de antinomias	60
3.18. A revogação somente se dá por uma lei emanada do mesmo ente federativo e da mesma espécie	63
3.19. Revogação das leis inconstitucionais	64
3.20. Revogação por força do advento de uma medida provisória	65
3.21. Fundamento para a reprivatização	68
3.22. Questões envolvendo a reprivatização	68
3.23. Recepção e desconstitucionalização	71
4. INESCUSABILIDADE DO DESCONHECIMENTO DA LEI	73
4.1. Efeitos do desconhecimento da lei em matéria penal e civil	73
4.2. Princípio da obrigatoriedade da lei	74
4.3. Considerações importantes a respeito da obrigatoriedade da lei	75
4.4. Justificativas para a obrigatoriedade da lei	76
4.5. Prova do teor e da vigência da lei	78
5. MECANISMOS DE INTEGRAÇÃO DA ORDEM JURÍDICA	81
5.1. Fontes do Direito	82
5.2. Mecanismos de integração	84

5.3. Integração e plenitude da ordem jurídica	86
5.4. Inclusão dos princípios gerais no rol de fontes secundárias	86
5.5. Lei em sentidos estrito e amplo	86
5.6. Costume	87
5.7. Analogia	90
5.8. Princípios gerais do direito	93
5.9. Equidade	95
5.10. Jurisprudência e doutrina como fontes do direito	98
5.10.1. Jurisprudência	98
5.10.2. Doutrina	100
6. INTERPRETAÇÃO E APLICAÇÃO DA LEI	103
6.1. Fins sociais e exigências do bem comum	106
7. OBSERVÂNCIA, PELA LEI, DO DIREITO ADQUIRIDO, DO ATO JURÍDICO PERFEITO E DA COISA JULGADA	111
7.1. Efeito imediato da lei	112
7.2. Retroatividade da lei	114
7.3. Leis interpretativas e irretroatividade das leis	115
7.4. Outras questões importantes relacionadas à aplicação da lei ...	116
7.5. Aplicação da lei no tempo	117
7.6. Direitos congênitos e direitos adquiridos	119
7.7. Requisitos para a identificação do direito adquirido	121
7.8. Direitos atuais e futuros	121
7.9. Direitos sujeitos a termo ou condição	122
7.10. Direito eventual e expectativa de direito	122
7.11. Direito adquirido em matéria de ordem pública	123
7.12. Previsão constitucional a respeito do direito adquirido	123
8. DIREITO INTERNACIONAL PRIVADO	129
8.1. Fato misto, multinacional, alienígena ou estrangeiro	129
8.2. Aplicação da lei no espaço	130
8.3. Motivos para a aplicação de outro ordenamento jurídico	131
8.4. O Direito Internacional Privado e a mitigação da soberania	132
8.5. Utilização das normas de Direito Internacional Privado	132
8.6. Natureza do Direito Internacional Privado	133
8.7. Obrigatoriedade das normas de Direito Internacional Privado	134
8.8. Razão da inclusão de comandos de Direito Internacional Privado na Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro	134

8.9. A Lei de Introdução às Normas do Direito Brasileiro e a solução de conflitos normativos	135
9. PERSONALIDADE, NOME, CAPACIDADE E DIREITOS DE FAMÍLIA	137
9.1. A importância da definição do ordenamento jurídico que será utilizado	138
9.2. Critérios mais comuns na definição da lei aplicável para definir a personalidade, o nome, a capacidade e os direitos de família	138
9.3. Personalidade	140
9.4. Nome	141
9.5. Capacidade	142
9.6. Direitos de família	143
9.7. Estado da pessoa	144
10. BENS E RELAÇÕES JURÍDICAS QUE OS ENVOLVAM	157
10.1. Definição de bens e distinção entre os imóveis e os móveis	157
10.2. Disciplina das relações que envolvam os bens	158
10.3. Navios, aeronaves e bens incorpóreos	160
11. DISCIPLINAS DAS OBRIGAÇÕES	165
11.1. Obrigações decorrentes de atos ilícitos	166
11.2. Autonomia da vontade e definição da lei aplicável	167
11.3. Local de cumprimento de uma obrigação e lei aplicável	169
11.4. Requisitos de uma obrigação	170
12. LEI APLICÁVEL À SUCESSÃO	175
12.1. Natureza e situação dos bens	176
12.2. Outros aspectos relacionados à sucessão	176
12.3. Requisitos para que os bens situados no Brasil fiquem sujeitos ao Direito brasileiro	178
12.4. Outras considerações a respeito da proteção ofertada ao cônjuge e aos filhos brasileiros	179
12.5. Enquadramento jurídico como herdeiro ou legatário	180
13. ENTES DE DIREITO PRIVADO E AQUISIÇÃO DE BENS POR ESTADOS ESTRANGEIROS	181
14. COMPETÊNCIA DA JUSTIÇA BRASILEIRA	187
14.1. Prática dos atos de cooperação jurídica internacional	191
15. PROVA DOS FATOS OCORRIDOS NO EXTERIOR	193
15.1. Outras restrições relacionadas à prova	194

16. PROVA DO TEOR E DA VIGÊNCIA DA LEI ESTRANGEIRA	195
16.1. Teor e vigência do direito estrangeiro	196
16.2. Conhecimento do direito estrangeiro pelo juiz	197
17. EXECUÇÃO DE SENTENÇA ESTRANGEIRA	199
17.1. Critérios para aferir a possibilidade de homologação da sentença estrangeira	200
17.2. Requisitos para a aceitação da decisão estrangeira	201
17.3. Homologação de sentenças meramente declaratórias	205
17.4. Homologação de sentença estrangeira de natureza penal	206
17.5. Homologação de sentenças arbitrais estrangeiras	208
17.6. Execução de decisão estrangeira homologada	210
17.7. Títulos executivos extrajudiciais	210
18. AFASTAMENTO DA REMISSÃO PELA LEI ESTRANGEIRA	211
18.1. Reenvio ou devolução	211
18.2. Teoria da referência material ou integral	212
18.3. Fundamentos para a vedação de reenvio	213
18.4. Previsão de reenvio no ordenamento jurídico português	213
19. DEFESA DA SOBERANIA NACIONAL, DA ORDEM PÚBLICA E DOS BONS COSTUMES	215
19.1. Soberania nacional, ordem pública e bons costumes	216
19.1.1. Soberania nacional	217
19.1.2. Ordem pública	219
19.2. Ordem pública interna, internacional e universal	220
19.3. Bons costumes	221
20. PRÁTICA DE ATOS DE REGISTRO CIVIL E DE TABELIONATO PELAS AUTORIDADES CONSULARES	223
20.1. Atos de registro civil	224
20.2. Funções do tabelionato	225
20.3. Desempenho dos atos de registro civil e de tabelionato	225
20.4. Funções eleitorais dos consulados e embaixadas	227
21. VALIDADE DOS ATOS DE REGISTRO CIVIL E DE TABELIONATO PELAS AUTORIDADES CONSULARES	229
ÍNDICE DOS DISPOSITIVOS DA LINDB	231
REFERÊNCIAS	233